

Cultura e natureza, interdições e conflitos: um olhar sobre o passado regional

Edinaldo Enoque S. Júnior*
Paulino Eidt**

Resumo

A colonização da Região Oeste de Santa Catarina foi pautada no tripé Deus, Família e Propriedade. O foco central desse trabalho foi a relação dialética entre a cultura e a natureza humana. Mediante investigação bibliográfica e pesquisa de campo, objetivou-se responder questões como: Qual o papel dos diferentes tutores na imposição da cultura regional e na inibição da natureza humana? Quais os objetivos que moviam os interditos e os tabus? Houve grupos dissidentes que não se deixaram moldar pelo poder nivelador da maioria? Qual a instituição ou instituições que norteavam a conduta social? Quais os limites impostos a expressão dos sentimentos considerados universais e da natureza humana? Assim, após o estudo percebeu-se enorme influência da Igreja Católica e Protestante no universo pioneiro. Regras bem definidas delineavam as relações infrafamiliares dos lares cristãos e no meio social por meio da coesão comunitária. Uma insistente orientação moral e espiritual se firmou não mais na esfera privada, e sim pública da família. Na privacidade doméstica, a ordem paterna foi vivida na sua máxima potência. Sentimentos e pulsões naturais tiveram de ser suplantados sob intensa coerção familiar, religiosa e social. Sentimentos de alegria, rancor, sexualidade, etc. foram profundamente moldados para o bom funcionamento da moralidade regional. Palavras-chave: Religião. Repressão. Família. Sociedade.

* Acadêmico de História; professor de História no Colégio Jesus Maria José; Rua La Salle, 2.570, SC, 89900-000; pesquisador de Iniciação Científica da Universidade do Oeste de Santa Catarina; enoquesmo@hotmail.com

** Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; professor titular da Universidade do Oeste de Santa Catarina; Rua Oiapoc, 211, São Miguel do Oeste, SC, 89900-000; paulino@unoescsmo.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Os historiadores devem prezar pela história da região. Desse modo, serão os primeiros a explorar os vastos terrenos da história adormecida dos seus locais de origem. Devem fazer valer as palavras de Benjamin (1998, p. 53) que dizia “[...] nada do que aconteceu deve ser perdido para a história.”

É função do historiador avançar sobre territórios desconhecidos e ocultos do saber. Narrar, pesquisar e escrever o passado antes de ser recoberto pela ação do tempo.

Incentivar os museus, o resgatar da história oral, dar destino correto aos documentos e fotografias e pesquisar são funções elementares para qualquer historiador. Reconstruir e interpretar o passado cultural, caminhar por caminhos ainda inexplorados e lutar continuamente contra a apatia da sociedade capitalista indisposta a lembrar não se constitui tarefa simples. Para alcançar essas metas, é preciso não atribuir um caráter marginal à história da maioria. Ouvir as vozes silenciadas, restaurar itinerários considerados vazios e, contrapor-se a mecanismos oficiais de preservação da memória que nega e recusa a validade e o sentido grupal do passado.

O historiador deve defender intransigentemente a História como sendo produto de todos. Contemplar em suas escritas e pesquisas os heróis anônimos que não podem ser lidos em placas que indicam nomes de ruas, colégios e praças. Escrever e falar dos protagonistas que nunca tiveram as suas histórias contadas nos livros, e jamais tiveram seus itinerários convertidos em poesia ou música. Lembrar-se dos humildes que não aparecem na mídia, e quando aparecem, geralmente, são em circunstâncias de sofrimento e dor.

Sabe-se que no sistema capitalista, o jogo da vida renasce, a todo o momento, de um contexto de novos personagens e nova correlação de forças. As novas regras criam novos espaços, difundem novas verdades, estabelecem novos laços, segregam pessoas e espaços.

Diante do quadro que se apresenta, o presente trabalho pretendeu investigar acerca dos tabus, interditos e inibições da natureza humana imposta pela cultura das duas primeiras gerações que povoaram a região do Extremo-Oeste de Santa Catarina. Morin (2003) afirma que os grandes sentimentos são efetivamen-

te universais: amor, ternura, afeição, amizade, ódio, respeito e desprezo. Esses sentimentos são mais exibidos ou inibidos, dependendo da cultura.

Partindo do pressuposto de que os padrões culturais são efêmeros, buscou-se, por meio do trabalho, entender como esses sentimentos universais (ternura, afeição, sexo) eram expressados no universo pioneiro. O que servia de andaime e alicerce? Quais os sentimentos mais exibidos e inibidos no espaço da família, escola e na vida social? Qual o papel da religiosidade na interdição desses sentimentos?

O presente estudo de investigação bibliográfica e pesquisa de campo ainda objetivou responder questões, como: Qual o papel dos diferentes tutores da educação na imposição da cultura regional e na inibição da natureza humana? Quais os objetivos que moviam os interditos e os tabus? Houve grupos dissidentes que não se deixaram moldar pelo poder nivelador da maioria? Qual a instituição ou instituições que norteavam a conduta social? Quais os limites impostos a expressão dos sentimentos considerados universais e da natureza humana?

Compreender os mecanismos e reconstituir o processo que desencadeou o conflito entre a natureza e a cultura constituiu o primeiro foco do trabalho. A investigação bibliográfica contemplou autores que escrevem sobre a cultura e a natureza humana. Em um segundo momento, houve um aprofundamento teórico quanto aos princípios que nortearam a colonização regional e as formas que as diferentes etnias se estruturaram.

Dessa forma, o estudo pautou-se na análise dos padrões culturais de um passado recente e sua gradual mudança.

A última etapa da pesquisa trata da pesquisa de campo. O conflito cultura e natureza foram resgatados por meio das histórias de vida da primeira geração que povoou a região. Foram ouvidos cinco depoimentos de pessoas escolhidas aleatoriamente nos municípios de Itapiranga (2), Mondai (1), São João do Oeste (1) e Tunápolis (1). Acredita-se que o momento da pesquisa foi único e pontual, a inevitabilidade da morte biológica está alcançando a primeira geração de colonizadores.

Contudo, a pesquisa de campo e a bibliográfica foram acareadas. Foi preciso analisar exhaustivamente as múltiplas fontes da relação passado *versus* presente, para verificar a natureza mutável dos padrões culturais.

2 CONFLITO CULTURA E NATUREZA

O homem sempre foi objeto de estudo. Todavia, para compreendê-lo, obrigatoriamente, procura-se entender seu modo de agir, pensar, falar, sentir, entender o mundo, sozinho e/ou em agrupamentos, pois o homem vivendo coletivamente sempre abnega, de alguma forma seu eu em favor dos outros, e sozinho faz coisas que em grupo não faria:

Cada cultura coloca sua marca sobre o indivíduo que se desenvolve sob sua influência e cuja personalidade é uma combinação resultante de sua constituição física e nervosa particular, dos padrões de sua cultura e de suas experiências individuais em contato com o mundo físico e com seus semelhantes. Cada homem é um tipo comum, modelado pela cultura e pela sociedade e, no entanto, dono de uma individualidade que a cultura não pode sufocar. (HOEBEL 1982, p. 233).

Cada cultura, dependendo de sua complexidade relacional entre seus membros e com o mundo exterior, tem desenvolvido em seu seio sentimentos que para outras sociedades menos complexas não tem o mínimo valor. Em sociedades fechadas, por exemplo, é grande a prática de um altruísmo desinteressado, tendo em vista que sem a ajuda coletiva seria praticamente impossível a sobrevivência do grupo. Por outro lado, o altruísmo é raramente visto em sociedades capitalistas, nas quais a busca pelo capital faz com que de algum modo não se dê importância se um vizinho passa necessidades ou não.

Sabe-se, por intermédio de pensadores como Rousseau (1991), Hobbes (1998), Freud (1996), Morin (1999), Espinosa (1979), Russel (2001) entre outros, que o homem desde sua evolução trouxe em seu gene sentimentos que carrega até hoje. Tais sentimentos foram fundamentais para evolução da espécie e até então são importantes para a existência. Uma lista de termos que as pessoas rotulam normalmente como emoções e sentimentos é: medo, ira, furor, horror, terror, angústia, ansiedade, amor, ciúme, vergonha, perturbação, aversão, pesar, tédio, desânimo, mágoa, tristeza, desprezo, repulsa, desgosto, remorso, inveja, frustração, dor, raiva, orgulho, excitação, animação, prazer, divertimento, felicidade, alegria, humor, sensação estética, disposição, impaciência, admiração, exaltação, êxtase, etc. Tais sentimentos não revelariam elementos cujos domínios

sejam nitidamente demarcados e, arriscar-se-ia dizer, universalmente presentes segundo as diferentes sociedades e as classes sociais. É praticamente impossível compreender a evolução, a vida, e o convívio dos homens entre si, sem a existência desses sentimentos e emoções. Desde o nascimento, o indivíduo já demonstra alguns desses sentimentos, e é possível, segundo especialistas, que a criança sinta o estado emocional da mãe e reaja a eles positiva ou negativamente, dependendo do sentimento que dela recebe.

Embora muitos pensadores concordem que os sentimentos, assim como os instintos são naturais e intrínsecos ao homem desde seu surgimento, eles divergem quanto ao valor moral do próprio homem. Rousseau (2000), por exemplo, diz que o homem é bom por natureza e é a sociedade que o corrompe. Para ele, a socialização e consequente desnaturalização tornam o homem muito possessivo. Disso decorre a necessidade de uma alienação total “[...] cada um unindo-se a todos só obedece a si mesmo, permanecendo livre. A reciprocidade gera um ser coletivo e não um indivíduo egoísta.” Já Hobbes (1998), ao contrário, diz que os homens desde sua essência carregam consigo o desejo e a vontade de se ferirem, e somente não o fazem por medo recíproco. A causa do medo recíproco, diz ele, consiste, em parte, na igualdade natural dos homens, em parte na sua mútua vontade de se ferirem – do que decorre que nem se pode esperar dos outros, nem prometer a si, a menor segurança. Esse instinto de conservação desencadeia manifestações extremamente individualistas na pessoa que sente que sua integridade está ameaçada, assim a disputa fica exacerbada quando um indivíduo percebe que o outro pode lhe tirar o que lhe é essencial para a sobrevivência. Foi este estilo de vida que caracterizou os primeiros estádios evolutivos do ser humano e até a história recente.

Ora, será que o instinto de conservação e o desejo de ferir outrem estão ainda presente em nós? Como se pode explicar tanta violência, tantas mortes, barbáries que se presenciam todos os dias? Será que, por mais que o homem evolua material e intelectualmente, não passa de um homem primitivo com novas vestes?

Segundo (FREUD, 1996, p. 3):

Por detrás das causas confessadas de nossos atos jazem indubitavelmente causas secretas que não confessamos, mas por detrás dessas causas secretas existem muitas outras mais secretas ainda, ignorada por nós próprios. A maior parte de nossas ações cotidianas são resultados de motivos ocultos que fogem à nossa observação.

3 CONFLITO CULTURA E NATUREZA: UMA ANÁLISE DO ESPAÇO REGIONAL

Na primeira metade do século XX, milhares de descendentes europeus apátridas, uma vez que continuam buscando o elo perdido e os laços simbólicos que os amarram ao passado distante, foram plantados por poderosas colonizadoras no meio do mato da Região Oeste de Santa Catarina.

A carência dos meios de comunicação amputou os laços objetivos e subjetivos dos locais de procedência e cerrou os limites e as fronteiras da colonização oestina. Assim, suas histórias parecem efetivamente começar com a chegada migratória. As lembranças incertas sobre a antiga moradia e a origem esquecida se expressam nas suas trajetórias de vida.

Com a cidadania pré-migratória desmentida, e isolados geográfica e culturalmente, passaram a moldar sua natureza e cultura segundo concepções do reduzido número de pessoas que tomaram decisões estratégicas.

O espaço foi marcado por uma verdadeira blindagem imunológica. Grupos religiosos, lideranças etnocêntricas e o medo do “outro” proporcionaram os suportes necessários à formação de comunidades fechadas e um padrão cultural deveras homogêneo.

A vivência de um caráter forçado e válido para todos e a submissão ao poder religioso que atravessou o espaço regional e controlou a vida das pessoas do início ao fim devem ser analisadas no contexto histórico.

A pesquisa restitui o conflito cultura e natureza no espaço regional e pretende responder questões, como: De que forma o poder nivelador conseguiu uma passiva adequação de todos aos seus produtos culturais? Como grupos dissidentes fizeram recortes claros no tecido social único e perseguiram, de modo incontestável, um mundo substancialmente autônomo?

3.1 QUEM FOI O COLONIZADOR?

Foi aquele recolhido entre os fracassados e vitimados da desterritorialização do início de século XX. Depois de inseridos em uma frente agrícola de sub-

sistência e em um território hostil, a sobrevivência apenas foi possível mediante a criação de um laço social horizontal. Na frente agrícola, o migrante apoderou-se das terras juridicamente devolutas e doravante subjugou, converteu, interditou, matou e aculturou as populações com a propriedade coletiva das terras imersas na floresta.

Nasceram no Extremo-Oeste de Santa Catarina, mas foram alemães, italianos e poloneses durante a maior parte de sua existência. Como tantos, nem sabiam que existia o Brasil e que eram brasileiros. Apátridas, buscam obstinadamente os laços simbólicos que os amarravam ao passado europeu. Conforme Ribeiro (2002) “[...] ainda não saíram dos porões dos navios”, ou então, na versão de Calligaris (1993), “O Brasil não conseguiu fazê-los brasileiros.” A escritora catarinense Klueger (2003) afirma que ainda não se desligaram do poderoso cordão umbilical.

A existência humana é plasticidade, criatividade, herança bioantropossocial. Não fosse essa capacidade de movimento por meio da tríade indivíduo-sociedade-espécie o “mosaico cultural” do Oeste catarinense sequer seria possível, configurando-se ele próprio, como uma tradição construída a partir dos desafios contingentes à sua realização.

A Região Oeste, incrustada entre os estados do Rio Grande do Sul e Paraná foi cercada pela paliçada da segregação racial e, em alguns casos, confessional. A saga dos filhos do Extremo-Oeste de Santa Catarina é, sobretudo, humana: seus temores, afetos, dúvidas, certezas e decisões remetem o indivíduo à vida social e às durezas de sua construção. Pode uma coletividade viver sem regras, religião, autoridade, educação, socialização e trabalho?

O que se fez na região, sob o comando na maioria das vezes da Igreja católica e de companhias colonizadoras, foi o intento heroico de colonizar o ambiente hostil e assustador. Tratava-se de derrubar o mato que guardava a escuridão e muitas entidades amedrontadoras. Quem saiu perdendo foram os Kaingang, os Guarani, os Caboclos e a floresta. Saiu ganhando a coletividade desbravadora, que por intermédio da agricultura e da transformação da floresta em madeira, criou uma vida peculiar plena de claridade. Uma coletividade que fez suas escolhas e esteve sempre envolvida pelos ditames da história.

Mas o fechamento das comunidades de segregação foi também o fator protetor que lhes viabilizou a existência e a reprodução social. Esse rincão alemão,

italiano e polonês, reproduziu o mesmo paradoxo da formação da sociedade brasileira. Plantada em terra indígena, trabalhada pelo suor e o sangue do escravo, negando-lhes incessantemente, e parece que eterna e cansativamente, o direito à existência livre.

3.2 O CONFRONTO CULTURAL COM OS POVOS DA FLORESTA: O CABOCLO

Povo de características nômades, sem a existência civil característica da moderna sociedade capitalista. As terras onde viviam era comunais, não possuíam os títulos de compra e venda que poderiam comprovar sua posse. Quanto à sua origem, deve ser explicada pelos diferentes ciclos econômicos que constituem a região (tropeiro, ervais, madeira), pela Lei das Terras de 1850, e pela Revolução Federalista, no final do século XIX e constitucionalista do século XX. Os colonizadores europeus quando defrontaram com esses homens e mulheres denominaram-nos com nomes pejorativos, ora de luso-brasileiros, ora de intrusos, ora de caboclos (Waldlaufer). Com certeza não poderiam ser considerados um grupo homogêneo. O fundador do Projeto Porto Novo (PE João Rick)¹ em sua autobiografia de 1946, afirma “[...] o caboclo mostra-se leal, alegre, não precisamente laborioso, amante da liberdade e sempre bem disposto, mas também pode ser brutal, cruel. Quanto a seu todo também patenteia a população mestiça os rastros de sua origem.”

De qualquer forma, não se enquadraram na identidade local. Mais míimicos, alegres e soltos, foram o reverso da rigidez dos corpos produzidos pelo mundo teocêntrico local e, por isso, assumiram uma cultura insubmissa e rebelde. Com seu comportamento marginal e poder alternativo, não puderam sobreviver em um mesmo espaço. Personagens de um mundo sem fronteira, postos em circulação certamente mudariam o curso da história local. Sobre eles fazia-se necessário provocar desconfiança e suscitar dúvidas. Impelidos a se dissolver no tecido social, a positividade de uma mestiçagem sequer era formulada dada a autossuperioridade inexorável atribuída ao migrante branco.

Uma colonização sistematizada e pautada em parâmetros capitalistas, os povos já imersos na floresta, e que se desenvolveram a seu modo, foram obriga-

dos a rejeitar seu passado coletivo. Foram-lhes sonegadas a terra, a paz e o sossego, de forma inteiramente natural. Repentinamente, passaram a ser os estranhos em seu próprio território, devendo entrincheirar-se dos cristãos recém-instalados, ou sujeitar-se a uma cultura que em nada dizia respeito ao seu antigo modo de viver. Em uma leitura a partir de Baumann (1997), a não aceitação deles constituiu uma solução estética. Estereotipados como impuros e desarmoniosos. Em um universo povoado por comunidades não há lugar para o pária e o arrivista. Assim foram vítimas da heterofobia, xenofobia e racismo.

Alguns indivíduos, no entanto, acabaram domados pelos códigos morais da população local, uma vez que não conseguiram dar as costas e nem perfurar o discurso oficial. Sustentaram sentimentos de “pertencimento”. Os convertidos pela ação niveladora da coletividade foram normalizados pelo trabalho e encaminhados para ações mais virtuosas. Romperam com suas tradições e assumiram, na versão da história oral, uma “alma branca”. Compactados e enquadrados, reprimiram suas pulsões e tiveram seu corpo inteiramente vigiado pela moral católica detentora da norma.

4 SENTIMENTOS INATOS E UNIVERSAIS

Morin (2003) escreve que os grandes sentimentos são, efetivamente intrínsecos e universais: amor, ternura, afeição, amizade, ódio, respeito, desprezo e que a expressão destes sentimentos e das emoções são mais ou menos inibidas segundo as culturas.

Hoebel (1982) afirma que cultura é algo mais do que um conjunto de formas isoladas de comportamento. É a soma total, integrada, das características de comportamento aprendido que são manifestadas e compartilhadas pelos membros de uma sociedade. O comportamento aprendido é de importância fundamental. É essencial para o conceito de cultura que os instintos, os reflexos inatos e quaisquer outras formas biológicas hereditárias de comportamento sejam excluídos. Assim, cultura é integralmente o resultado de invenção social, e pode ser considerada como herança social, pois é transmitida por ensinamento a cada nova geração. Morin (2003, p. 35) afirma: “O primeiro capital humano é a cultura. O ser humano, sem ela, seria um primata do mais baixo escalão.”

Conforme Freud (1996a, p. 4): “O indivíduo prontamente sacrifica seu interesse pessoal ao interesse coletivo. Trata-se de aptidão bastante contrária à sua natureza e da qual um homem dificilmente é capaz, exceto quando faz parte de um grupo.”

A continuidade é garantida pela punição dos membros da sociedade que se recusam a seguir os padrões de comportamento que lhes são determinados pela cultura. Em todos os povos há interdições da natureza humana pela cultura, contudo a intensidade do interdito depende da organização política, social, econômica e cultural de cada grupo. Como afirma Freud (1996a, p. 3):

Sejam quem forem os indivíduos que compõem um grupo, por semelhantes ou dessemelhantes que sejam seu modo de vida, suas ocupações, seu caráter ou sua inteligência, o fato de haverem sido transformado num grupo coloca-os numa espécie de mente coletiva que os faz sentir, pensar, e agir de maneira muito diferente daquela pela qual cada membro dele, tomado individualmente, sentiria, pensaria e agiria, caso se encontrasse em estado de isolamento.

O debate a respeito da natureza humana e da imposição de uma cultura regional deve ser analisado dentro do contexto do isolamento da região, do reduzido número de tutores e da forte interferência subjetiva da igreja na colonização.

4.1 O PODER DA FAMÍLIA

No isolamento da vida pioneira, a transmissão da cultura e dos saberes passava pelo tripé família, escola e Igreja. Sem parâmetros exógenos, as instâncias da família, escola e religião transmitiram os valores e os ideais da cultura. Assim o mundo, limitado e restrito, diminuiu possibilidades e serviu como ponto de estrangulamento, e gerações inteiras foram educadas e submetidas ao mundo inexorável de minorias pensantes. O mundo das crianças na primeira infância, em uma frente de colonização, restringia-se à família patriarcal. O modesto círculo familiar se resumia a um cenário onde a imaginação era incitada principalmente para a luta pela sobrevivência em meio à hostilidade do espaço natural.

Um *corpus* de crenças e princípios foi edificado no imaginário dos filhos. A preocupação moral e educativa para com a criança exprimia a consciência da fraqueza do mundo infantil. Princípios e virtudes desejáveis para a vida privada, foram, dessa forma, introjetados em cada um dos elementos da família. Na família, aprendiam-se os deveres e as regras a partir da prática dos irmãos mais velhos. Os mesmos enunciados são repetidos, palavras e práticas não entram em desuso e determinados assuntos são proibidos. Durkheim (1995) enfatiza que certas maneiras de agir ou pensar adquirem, em virtude da repetição, uma espécie de consistência.

A severidade da educação familiar, herança da interferência subjetiva dos jesuítas na colonização da região, pautava-se na rigidez, disciplina e trabalho:

Os pais fazem involuntariamente de seu filho algo semelhante a si mesmos. A isso denominam “educação”. Não há mãe que, no fundo do seu coração, duvide de ter parido com o seu filho uma propriedade, nem pai que se negue o direito de o poder sujeitar aos seus conceitos e juízos de valor. (NIETZSCHE, 2003, p. 110).

Na genealogia dos valores, o papel educativo dos pais teve importância máxima. O discurso se pautava em construir por meio da família os alicerces firmes e inquebrantáveis que, inequivocamente, sustentariam a vida social da colonização oestina. A educação familiar afirmou um arcabouço de valores e princípios que se introjetaram em níveis profundos.

A objetividade de uma educação rígida e patriarcal, interditaram as múltiplas possibilidades que afloravam na subjetividade infantil. A curiosidade impulsiva e aguda colidia com os valores da família nuclear. Assim, os pensamentos inquietantes eram sempre contidos dentro da submissa curiosidade de jovem, cheia de autodomínios. Os pais apontavam perigos opacos ou imperceptíveis, os quais as crianças não vislumbravam.

A inexistência de um debate familiar, com a rigidez das expressões faciais, os pais decidiam o destino da família. Com medo da recriminação por fazer perguntas inoportunas, as crianças silenciavam.

Rousseau (2000) afirma que a mais antiga de todas as sociedades e a única natural é a da família; ainda assim somente se prendem os filhos ao pai enquanto dele necessitam para a própria conservação. Desde que tal necessidade cesse,

desfaz-se o liame natural. Os filhos isentos da obediência, e este, isento dos cuidados que deve aos filhos, voltam todos a ser igualmente independentes.

4.2 SEXUALIDADE INTERDITADA

Entre os sentimentos naturais do ser humano, a sexualidade foi, com certeza, a mais reprimida. Absteve-se de toda e qualquer expressão e palavra melindrosa que pudesse induzir à concupiscência ou lubricidade e mantinha, sobretudo, o regime de censura sobre a formação anatômica da sexualidade. Conforme Gikovate (1997, p. 44) “Nenhum dos impulsos humanos é mais difícil de ser ‘domesticado’ do que o instinto sexual. O desejo sexual está presente em nós o tempo todo.”

Como a colonização da região objeto de estudo (Tunápolis, Mondaí, São João do Oeste e Itapiranga) teve uma interferência objetiva e subjetiva muito grande da Igreja Católica e Protestante, a sexualidade e sua expressão foram, sem dúvida, o sentimento natural mais interditado.

Conforme os interlocutores, qualquer alusão à sexualidade era reprimida. As interrogações e devaneios que perseguiam e ocupavam grande parte da imaginação das crianças e adolescentes como: por que os pais afastam a vaca prenha, quando nasce o bezerro? De onde a cegonha traz tantos filhos pequenos? Por quê razão não poderiam assistir à copulação de animais e outros, eram sempre punidas com castigos.

Conforme A² (2007) em seu depoimento detalha com clareza estes castigos: “Quando fazíamos observações duvidosas sobre certas coisas, o pai ou o professor nos dava uma palmada na boca.” Da mesma forma que questionar e duvidar algo falado por adultos, constituía-se mal a ser evitado.

Hobbes (1998, p. 98) ao se referir sobre os homens que em momentos diferentes da história divergem sobre ações, normas e condutas, tidas como certas e, mais tarde, consideradas incorretas afirma: “O bem e o mal são nomes que significam nossos apetites e aversões, os quais são diferentes conforme os diferentes temperamentos, costumes e doutrinas dos homens.”

Conforme Eidt (1999), a população do Extremo-Oeste de Santa Catarina no início do século XX era formada por negros dispersos e móveis (ex-tropeiros,

guerrilheiros, ex-combatentes, balseiros, bandeirantes e perseguidos da lei), além das culturas indígenas transfiguradas ou genéricas na versão de Darcy Ribeiro. Esses grupos, embora já “surrados” pelos diferentes processos culturais, eram segregados pelas comunidades de migrantes de descendência europeia e impedidos de se dissolver no tecido social, a fim de não provocarem o contágio.

Eram populações absolutamente mais soltas, mímicas e irreverentes, e com valores sociais totalmente opostos ao colonizador. Assim, essa forma de vida tornava-se incompatível com a estrutura imposta pela Igreja.

A repressão da sexualidade não se restringia à infância. A desinformação e o tabu sobre o corpo acompanhavam a vida adulta. O sexo sazonal e as regras do mundo animal, a compra de filhos, as relações sexuais em ambientes escuros e a falta de sensibilidade nas relações são contadas em inúmeros depoimentos.

Os jovens eram educados a exprimir um coração depurado de toda e qualquer alusão à sexualidade, o que denotavam sacrifícios contínuos. Relações sexuais somente após o casamento. Ariès (1973, p. 164) escreve a partir de uma análise da sexualidade e sua expressão na história moderna: “A união sexual, quando abençoada pelo casamento, deixa de ser pecado.”

Assim, deveriam sempre dissimular prudentemente qualquer tentação de tocar na noiva. B (2007) conta um caso:

Uma amiga minha casou e ficou morando na casa dos pais. Na noite nupcial foi orientada pelos pais a dormir no mesmo quarto do seu marido. Na madrugada os pais se acordaram com um barulho; a filha havia se retirado do quarto sob alegação de que o marido pretendia fazer coisas feias.

O casamento simbolizava a descoberta dos fenômenos biológicos básicos da convivência sexual de um casal:

A sexualidade é, então, encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade é reconhecido, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. (FOUCAULT, 1988, p. 10).

Conforme Nietzsche (2002, p. 74): “[...] pregar a castidade é um incitamento público a atos contra a natureza.”

A interdição da expressão da sexualidade era mais perceptível para o gênero feminino. Na região, as mulheres sempre tiveram que se deter na vida social, sob pena de se indispor no âmago da vida familiar. Nunca se questionou se atividades domésticas são um exercício natural ou cultural, ao mesmo tempo que as mulheres jamais puseram em dúvida seu papel feminino determinado pelo mundo masculino. Elas sempre foram classificadas de incapacitadas de participarem efetivamente das oportunidades econômicas de suas famílias.

Deveriam então induzir e canalizar a maior parte das preocupações e potencialidades para garantir a procriação e atender às decisões do marido, pois percebia-se nelas, claramente expressa, a dignidade. Sob o peso de sua fidelidade, consagrava toda a sua vida ao marido e aos filhos. As atribuições tidas como naturais de uma mulher, como: horta, cozinha, lavação, costura, igreja e filho preenchiam seu tempo.

4.4 A ESCOLA

A atividade alfabetizadora da região em estudo envolveu a comunidade, a paróquia, o professor e a colonizadora. As engrenagens administrativas e as bases filosóficas e ideológicas, invariavelmente eram assumidas pelo clero que, graças à sua influência, conseguiu drenar para a Educação grande parte das economias da população.

O modelo escolar da região em estudo foi pensado e aplicado pelos jesuítas e o professor, criteriosamente mapeado pela comunidade e pela igreja. Exigiam-se mestres com responsabilidade moral. Ser professor tratava-se de uma missão nobre, pois era investido de poderes de correção e punição. Com extensas funções sociais na comunidade, em última análise, também era responsável pelo comportamento de seus alunos fora da sala de aula. “Esses educadores eram responsáveis pela alma dos alunos [...] isso envolvia a salvação da alma das crianças, pelas quais eles eram responsáveis perante Deus”, afirma Ariès (1973, p. 117), ao referir-se às escolas confessionais.

Mesmo após a extinção das escolas confessionais ou paróquias (1938)³, a aplicação ampla de castigos corporais continuava fazendo parte de um sistema

disciplinar rigoroso. Desejava-se apenas repetir, na vida escolar, a rigidez aplicada na educação familiar. Como o modelo escolar foi pensado a partir da igreja, o conflito natureza humana e cultura recebe os mesmos contornos da educação e disciplina jesuítica. Conforme o entrevistado C (2008), os professores exigiam muita seriedade: “Íamos à escola só para apanhar. A obrigação era que ficássemos sérios. Aquele que não se mostrava sério o tempo todo era levado para fora da sala a fim de receber uma surra.”

No isolamento da vida pioneira, a vida comunitária e a escola eram os únicos parâmetros exógenos ou outras miragens. D (2007) afirma: “Qualquer coisa que não fosse de agrado do professor, a vara cantava.” Submetidos a uma existência limitada, a escola se constituía em aberturas de pequenas janelas, pelas quais se tornava possível captar detalhes, convenções e códigos sociais de outros espaços. Sobre a questão, D (2008) enfatiza:

Todos os dias, após a aula, ele [professor] acompanhava os alunos de uma linha, só para observar seus comportamentos. Por vezes, escondia-se do lado da estrada com intuito de flagrar comportamentos dignos de repressão e que pudessem ser punidos com surra no dia seguinte.

A visão positivista e determinista que os seres humanos nascem naturalmente desiguais acompanhava a prática pedagógica. Na escola da decoreba, os alunos empreendiam grandes e temerários sacrifícios, para decorar a lição e, assim, assegurar a aprovação. Muitos foram, seguidas vezes, reprovados. Partia-se do pressuposto positivista de que havia desigualdade natural entre as crianças. Conforme vários interlocutores, expressões como “cabeça-de-palha”, “burro de nascença” e outras, eram proferidas sem escrúpulos.

Muitos completavam o ensino primário e ainda não dominavam a leitura e o abecedário. O fato era sempre atribuído à falta de capacidade e inteligência do educando.

O ensino da religião ocupava lugar estratégico no currículo escolar. A escola, era na verdade, um prolongamento da igreja, dada sua importância em relação à formação moral e cristã dos alunos. Nos intervalos e momentos de descontração, alunos eram orientados a sacrificar e renunciar com suma força de vontade a qualquer conversação mundana.

Durkheim (1995, p. 8) descreve a imposição de valores afirmando que:

[...] crenças e práticas que nos são transmitidas já fabricadas pelas gerações anteriores; se as recebemos e adotamos é porque, sendo ao mesmo tempo obra coletiva [...] estão revestidas de autoridade particular que a educação nos ensinou a reconhecer e a respeitar.

Figuras ou expressões tidas como pecaminosas eram veementemente re-criminadas. Utilizavam-nas como exemplos de degenerescência e de um mundo profano e inseguro, o qual deveria ser evitado.

4.5 PAPEL DA IGREJA

Os padres proferiam um discurso que não afirmava a vida, e sim a concebia como um sacrifício. Centravam o sermão na morte, no castigo e na penalidade. Expressões como “homem não chora” ou “muito riso, pouco juízo!”, eram normais em épocas passadas. O riso era catalogado entre as tolices inadmissíveis.

Morin (2003, p. 60) afirma:

Os estudos de etologia infantil mostraram que o bebê sorri para si mesmo, ri de si mesmo, chora por si mesmo [...] o que confirma que o riso, o choro, o sorriso não são aprendidos ao longo da infância, mas inatos. As culturas modulam diversamente as suas expressões, podendo induzir à exibição ou à inibição.

A vida escolar era considerada um prolongamento da família. Um exemplo que evidencia bem essa relação foi a Primeira Comunhão, a qual era ministrada em caráter provisório no início da vida escolar e, ao encerrar o ensino primário, as crianças eram novamente submetidos a uma avaliação, para então receber a chamada Comunhão Solene. O entrevistado E expressa bem este vínculo:

Naquela época, o ano letivo terminava no primeiro domingo depois da páscoa. Na primeira semana após a páscoa, todos participavam de um retiro. Uma semana de catequese, orações e penitências, onde se realizava o compromisso comunitário e religioso, bem como se anunciava regras e condutas que teriam que ser observadas. No sábado, havia a confissão. Na oportunidade, lideranças comunitárias falavam dos deveres comunitários que teríamos após recebermos a Comunhão Solene. A preocupação deles era com a boa educação dos filhos da comunidade.

A Comunhão Solene era uma espécie de prêmio. Depois de três a quatro anos de escola primária, as crianças que haviam mostrado um comportamento condizente com os princípios religiosos estavam aptas e eram premiadas com a tão esperada Comunhão Solene a acompanhar os pais na lida da lavoura.

Foi alertado de que, em situações de perigo, o melhor antídoto é a oração. Espaços alegres, artísticos e coloridos eram descritos como sendo espaços do pecado.

5 RESULTADOS

O fracionamento da área colonizada em comunidades criou um profundo sentimento comunitário e religioso, que foi determinante para a edificação de estabelecimentos escolares, religiosos e sociais sustentados por uma rede de associações, o que encobria a ausência do Estado nas regiões colonizadas.

A estruturação física e a demarcação das terras das comunidades rurais foram definidas de forma a facilitar a integração das famílias. Os lotes deveriam convergir para um ponto central da comunidade (onde se expressava de maneira muito prática a vida em comum). Desse modo, as pequenas comunidades rurais traziam um envolvimento de todos pelo controle a partir do centro.

Em um exercício coletivo, a comunidade se imbuíu do compromisso de corrigir o desviante. Compactados e enquadrados, reprimiram suas pulsões e tiveram seu corpo inteiramente vigiado pela moral católica detentora da norma. A positividade da segregação étnica manifestava-se *a priori* da rejeição de qualquer indivíduo que fosse de fora dos limites da comunidade. “A homogeneidade favorece o isolamento cultural e a estabilização das formas sociais”, afirma Candido (2003).

Grupos ligados à igreja como Congregações Marianos e as Filhas de Maria, mapeavam os que atentavam contra as regras estabelecidas. F (2008) afirma: “Nos Congregados Marianos, os padres batiam mais na questão da castidade. Muitas coisas não podiam ser lidas e vistas. Falava-se que era preciso ser homem para vencer às provações.”

Mecanismos de coerção social eram revigorados e acionados toda vez que houvesse a necessidade de reconduzir um “desviante” à “normalidade”. Lideran-

ças exerciam o papel de ponte. Havia uma simetria constante entre os líderes e a paróquia. “A comunidade escolhia uma pessoa com a função de cuidar do comportamento das crianças em eventos públicos. Esta pessoa estava autorizada a punir fisicamente todo e qualquer desvio. Era normal punir crianças com puxões de orelhas e tapas”, afirma A (2007).

6 CONCLUSÃO

O trabalho *Natureza e cultura: interdições e conflitos, um olhar sobre o passado regional*, constitui estudo epistemológico, por isso, não pode ser percebido sob um único foco de luz que se impõe como verdadeiro. Algumas conclusões, no entanto, erguem-se como soberanas; é inequívoca a ideia de que a região sempre respondeu e se adaptou ao que os mais subjetivos lhe propuseram do começo até o fim. Da mesma forma, é incontestável a conclusão de que os protagonistas da região, invariavelmente, empreenderam uma peregrinação para a formação de comunidades abnegadas, humildes, etnocentristas e altruístas, e, para atingir tal intuito, tiveram que modelar a vida social, o amor, o trabalho e o lazer pela pressão de juízos de valores cristãos.

Entre todos os sentimentos humanos inatos, a sexualidade foi a mais interdita, recriminada e inibida na região em estudo. Implantaram-se tabus sexuais, o preconceito, moralismo e a desinformação. Gerações inteiras foram frutos da falta de debate, do silêncio e do vazio.

A pesquisa evidenciou, com clareza, uma dicotomia entre dois períodos: o anterior à década de 1970 e o posterior a essa data. Do primeiro, os interlocutores prestaram os mais eloquentes testemunhos sobre o poder político e moral do catolicismo na região, onde concepções não podiam se estender além do bem e do mal. Tempos endurecidos e análogos aos que precederam a história moderna do ocidente, sem preocupações malthusianas, e com pouca mobilidade geográfica e social. Gerações inteiras presas a uma vigorosa rede de micropoderes e em uma camisa de força de deveres religiosos; dessa forma, os modos de agir e de pensar foram convergentes. Houve poucos pontos de oposição, conflito e contradição no interior da colonização.

Culture and nature, bans and conflicts: a look at the last regional

Abstract

*The colonization of the western region of Santa Catarina was based on the tripod God, Family and Property. The central focus of this work was the dialectical relationship between culture and human nature. Through the research literature and field research aimed to answer questions like: What is the role of different tutors in charge of regional culture and the inhibition of human nature? What are the goals that moved the banned and the taboos? There were groups that dissidents are not left by the levy cast of the majority? Which institution or institutions that guided the social behavior? What are the limits of the expression of feelings as universal and human nature? Thus, after the study found is a very big influence of the Catholic Church and Evangelical pioneer in the universe. Well-defined rules outlining the relationships *infrafamiliares* homes of Christians and the social environment through community cohesion. An urgent moral and spiritual guidance if he no longer in the private sphere, but the public family. In domestic privacy, the order has experienced paternal in its full power. Feelings and natural impulses had to be overcome under intense coercion family, religious and social. Feelings of joy, anger, sexuality and so on. Were deeply molded to the proper functioning of morality regional.*

Keywords: Religion. Repression. Family. Society.

Notas explicativas

¹ Foram utilizadas as letras A, B, C, D, E e F no lugar dos nomes dos entrevistados, a fim de assegurar seu anonimato.

² Atuais municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis.

³ O movimento pela nacionalização das “ilhas europeias”, que surgiu a reboque da posição adotada pelo Brasil no “Segundo Conflito Internacional”, atingiu primeiramente a escola. Em todas as colônias de migrantes, os professores particulares e afinados com o projeto católico foram afastados de suas funções e os novos profissionais foram designados pelo Poder Público.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1973.

BAUMANN, Zigmunn. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução Mauro Gama e Cláudia M. Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

CALLIGARIS, Contardo. **Hello Brasil!** Notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil. 3. ed. São Paulo: Escuta, 1993.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do rio bonito**. São Paulo: 34, 2003.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto II**. Os domínios do homem. Tradução José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

_____. **As encruzilhadas do labirinto IV**: Ascensão da Insignificância. Tradução Regina Vasconcellos. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

COSTA, Arthur Ferreira. **O Oeste Catarinense**: visões e sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro: Villas Boas & Cia, 1929.

DURKHEIM, E. **Regras do método sociológico**. São Paulo: Nacional, 1995.

EIDT, Paulino. **Porto Novo**: da escola paroquial ao processo de nucleação escolar: uma identidade em crise. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999.

ENGELS, Frederic. **Origem da família, da propriedade e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

ESPINOSA, Benedictus de. **O Tratado Político**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural. 1979. (Os Pensadores).

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988a.

_____. **História da Sexualidade 2: Uso dos Prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1988b.

_____. **História da Sexualidade 3: O Cuidado de Si**. Rio de Janeiro: Graal, 1988c.

FREUD, Sigmund. **Inibições, Sintomas e Ansiedade**. Rio de Janeiro: Imago, 1996a.

_____. **O Futuro de Uma Ilusão**. Rio de Janeiro: Imago, 1996b.

_____. **Psicologia das Massas e a Análise do Eu**. Rio de Janeiro: Imago, 1996c.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. A Deus, à Igreja e à Pátria: os estandartes da família católica no século XIX. **História**, São Paulo: Ed. Unesp, v. 11, 1992.

GIKOVATE, Flávio. Sexo, amor, erotismo e pornografia. In: KUPSTAS, Márcia (Org.). **Comportamento sexual**. São Paulo: Moderna, 1997.

HOBBES, Thomas. **Do Cidadão**. São Paulo: Martins, 1998.

HOEBEL, E. Adamson. **Homem, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

_____. **Antropologia Cultural e Social**. São Paulo: Cultrix, 1976.

JUNGBLUT, Roque. **Porto Novo**: um documentário. Itapiranga: Edições FAI, 2005.

KLUEGER, Urda Alice. **Verde Vale**. Blumenau: Hemisfério Sul, 2003.

MORIN, Edgar. **O Método 3**: O conhecimento do Conhecimento. Tradução Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 1999.

_____. **O Método 5**: A Humanidade da Humanidade, a identidade humana. 2. ed. Tradução Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

_____. **Para Além do Bem e do Mal**: Prelúdio a uma Filosofia do Futuro. São Paulo: Martin Claret, 2002.

RABUSKE, Arthur; RAMBO, Arthur. **Padre J. E. Rick**: cientista, colonizador, apóstolo social e professor. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2004.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso Sobre os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens**. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

_____. **Do Contrato Social**. São Paulo: Martin Claret, 2000.

RUSSEL, Bertrand. **A Autoridade e o Indivíduo**. São Paulo: Nova Cultura, 2001.

SAEZ, Oscar Caliva. **Deus e o diabo em terras católicas**. São Paulo: Nippec, 1999.

Recebido em 23 de março de 2009

Aceito em 2 de abril de 2009

